

**Câmara Municipal de Fortaleza**  
**Gabinete da Vereadora Larissa Gaspar**

**PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº**

/2019

0002/2019

*Acrescenta o artigo 231-A à Lei Orgânica do Município de Fortaleza, na forma que indica.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º** Fica **ACRESCIDO** o Art. 231-A à Lei Orgânica do Município de Fortaleza, com a redação que segue:

“Art. 231-A – Os ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município de Fortaleza deverão ter, no mínimo, um funcionário, além do motorista, para fins de orientação e auxílio aos usuários, bem como de cobrança da passagem, quando for o caso.

Parágrafo único. Os funcionários em atividade nos ônibus, na forma do disposto no *caput* deste Artigo, mesmo nos veículos com cobrança automatizada de tarifa, terão as seguintes atribuições, entre outras necessárias à realização do interesse público:

I – orientar e auxiliar os usuários, especialmente idosos, gestantes e pessoas de mobilidade reduzida;

II – assistir o motorista nas atividades necessárias:

III – evitar a evasão de receitas;

IV – acionar o validador mediante o recebimento do bilhete;

V - acionar o validador mediante o recebimento do valor da tarifa para possibilitar o transporte de passageiro que não tenha adquirido o bilhete previamente.”

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 13 DE MAI DE 2019.

Larissa Gaspar

**Vereadora de Fortaleza**

DEPARTAMENTO  
LEGISLATIVO

MAR. 2019

10 H 25 MIN

Funcionário

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Fone: (85) 3444.8300 – Bairro: Patriolino Ribeiro  
Caixa Postal 2671 – CEP 60.810-460 – Fortaleza – Ceará



**Câmara Municipal de Fortaleza**  
**Gabinete da Vereadora Larissa Gaspar**

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal de Fortaleza em tela tem o afã de contribuir para a manutenção da qualidade da prestação dos serviços públicos essenciais prestados em regime de delegação, primando pela defesa do interesse coletivo e pelo melhor atendimento à população fortalezense.

A proposição em evidência prevê que os ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município de Fortaleza deverão ter, no mínimo, um funcionário, além do motorista, para fins de orientação e auxílio ao usuário, bem como cobrança de passagem, quando for o caso.

Referida proposta, além da contribuição para melhoria dos serviços à disposição da população, garantido mais segurança e qualidade, evita o desemprego em massa da categoria profissional dos cobradores, que poderia ser causado a partir, por exemplo, da substituição das atuais catracas mecânicas pelas catracas eletrônicas.

Em suma, a partir da presente iniciativa, é possível possibilitar que cobradores continuem empregados e desenvolvam funções que melhorarão o serviço para a população, podendo, ainda, ser um instrumento para diminuir a insegurança das linhas de ônibus da cidade. São Paulo e Rio de Janeiro (Lei nº 6.304/2017) são exemplos de grandes metrópoles que tiveram iniciativa similar.

Demais disso, a proposta trazida a lume guarda amparo nas disposições da própria Lei Orgânica de Fortaleza, a qual, em seu art. 219, IV, prevê como um dos preceitos a serem observados pelo Poder Público Municipal, no que toca aos transportes coletivos, a preocupação com “o estabelecimento de normas de padrões de segurança e manutenção, proteção ambiental relativa à poluição sonora e atmosférica, ao conforto e à saúde dos passageiros e operadores de veículos”, que passa, ineludivelmente, pelo reconhecimento da importância de manutenção dos cobradores como meio de segurança e bem estar da população usuária do sistema coletivo de transporte local.

Nesses termos, solicitamos de nossos nobres Pares a aprovação da presente matéria, haja vista a sua relevância social.

  
**Larissa Gaspar**

**Vereadora de Fortaleza**
